

Posse e 2ª Reunião Ordinária de 2017 do COMDEMA

Ata da segunda reunião ordinária de 2017 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Básico de Franca – COMDEMA, realizadas no dia 15 de fevereiro do ano de 2017, às catorze horas, na Sede da Guarda Civil situada na Alameda Vicente Leporace nº 4585 – Parque dos Pinhais – Franca/SP sob a presidência do Senhor Alex Henrique Veronez. Justificaram suas ausências os Senhores Genaro A. Fonseca, José Chozem Kochi, José Alfredo de P. Guerra e as Senhoras Melissa F. Cavalcanti Bandos, Mônica B. Cardoso de Freitas, Maria Cristina A. de Andrade, Deise Aparecida Malta. Senhor Alex deu início à reunião, dando boas vindas e lembrando os presentes sobre os questionamentos do Ministério Público em relação às ausências de alguns conselheiros nas reuniões. Quanto à composição do COMDEMA, em substituição à Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN, que não indicou representantes, o Senhor Rui sugeriu que a cadeira seja ocupada por representantes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Senhor Alex atentou para a necessidade de se incluir representantes do setor elétrico entre os segmentos da Sociedade Civil em atendimento a uma reivindicação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Sendo assim, para que o Conselho continue paritário deveria ser incluído mais um representante do Setor Público. Senhora Eliana sugeriu incluir representantes da Guarda Municipal pelo fato de a Guarda ter, entre suas atribuições, a fiscalização ambiental. Em relação ao problema de dizimação de colmeias por causa de pulverização de agrotóxicos em lavouras, Senhor Alex consultou a Defesa Agropecuária e recebeu o manual de orientação que já repassou aos Conselheiros. Senhor Célio relatou que há uma deliberação do IBAMA que cita todos os defensivos agrícolas proibidos para pulverização aérea. Senhor José Augusto Freixes fez a leitura da referida deliberação que, no seu entender, não consegue cumprir seu objetivo de orientar os produtores rurais. Senhor Célio advertiu que nunca houve tanta perda de colmeia como agora. Senhor Cristiano ressaltou que as abelhas nativas também perecem por pulverização de defensivos agrícolas. Senhor José Augusto lamentou que o agricultor está sem alternativa para cultivar alimentos. Senhor Fernando Sordi Taveira questionou se há relação confirmada entre a dizimação das colmeias e a pulverização de defensivos agrícolas. Senhor Célio ponderou que aumentou bastante a mortalidade de abelhas após a pulverização aérea. Senhora Angela Pimenta atentou para a importância de se pesquisar a relação de causa-efeito, talvez na Universidade de São Carlos. Senhor Cristiano sugeriu que seja apresentado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Franca – FMMA um projeto para estudar esse tema. Senhora Alba lembrou a importância do diálogo para resolver um problema tão complexo. Senhor Célio propôs que as usinas avisem os produtores sobre os dias de pulverização. Senhor Edson colocou o Sindicato Rural à disposição para entrar em contato com as usinas de cana e com os produtores rurais. Senhor Alex propôs enviar um ofício ao Sindicato Rural solicitando esse apoio. Senhor Alex lembrou que o Edital do FMMA está aberto para receber propostas de projetos ambientais e que o COMDEMA tem um papel importante nesse processo, uma vez que a Câmara Técnica do COMDEMA analisa e define os projetos que receberão recursos do Fundo. Senhor Alex questionou os presentes sobre o interesse em fazer parte dessa Câmara Técnica que ficou definida da seguinte maneira: Alba Regina Barbosa Araújo, Alex Henrique Veronez, Alexandre do Couto Rosa, Álvaro da Silva, Célio Augusto Pereira Rodrigues, Edson Castro do Couto Rosa, Eliana J. Lima G. Giuberti, Capitão PM Lázaro Antônio Felício e Orlando Antunes Cintra Filho. Essa Câmara Técnica terá o

50 apoio das Senhoras Ângela Pimenta e Daniela de Prá. Senhor Alex observou que a
51 contrapartida de 20% exigida pelo Decreto nº 9.160/2008 para as Organizações Não
52 Governamentais dificulta a participação dessas instituições para pleitear projetos do
53 Fundo. Senhor João Bosco informou que, em contato com profissional da ACIF,
54 recebeu a orientação de que a exigência de contrapartida é inconstitucional. Senhora
55 Eliana ponderou que exigência deu-se pela dificuldade de fiscalização da contrapartida
56 em forma de prestação de serviços e sugeriu uma consulta ao Ministério Público sobre
57 o assunto. Senhora Angela comentou que há um novo marco regulatório para as
58 Organização Não Governamentais que deveria ser consultado. Sobre a análise da Lei
59 de Proteção do Rio Canoas, Senhor Alex relatou que, no entendimento da comissão
60 que se reuniu para tal fim, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente deveria assumir a
61 responsabilidade porque tem um corpo de profissionais como biólogos, geólogos, entre
62 outros, com capacidade técnica para realizar a análise dos processos. Disse que
63 enviou ofício à referida Secretaria recomendando que assuma esse serviço. Senhor
64 Fernando questionou o efeito do documento elaborado por essa comissão. Senhor Alex
65 assegurou que, se houver uma resposta negativa, a Prefeitura de Franca será
66 acionada para assumir essas análises. Senhor Cristiano lamentou não haver incentivo
67 para os produtores rurais preservarem o meio ambiente. Senhor Antônio Mauro
68 denunciou que quarenta centímetros de poluição industrial em forma de espuma
69 deságua todos os dias no Rio Canoas do lado de Minas Gerais e que nada tem sido
70 feito para sanar o problema. Senhor Alex explicou que esse fato foge do escopo do
71 COMDEMA pelo fato de o local apontado pelo Senhor Antonio Mauro estar em outro
72 Estado. Dando continuidade à reunião, Senhor Alex apresentou o Senhor Fransérgio
73 Freitas profissional ligado a empreendimentos imobiliários que discorreu sobre as
74 dificuldades que as leis impõem e que acabam por inviabilizar os empreendimentos.
75 Senhor José Augusto declarou que o maior problema desses empreendimentos é a
76 drenagem de águas pluviais e que uma solução possível é fazer caixas secas duplas
77 para que a primeira caixa segure a sujeira e a segunda caixa drene a água mais limpa.
78 Senhor Edson lembrou que vários dos presentes nessa reunião participaram de uma
79 reunião na qual abordou-se a denúncia sobre o assoreamento da represa do Clube
80 Castelinho causado pelo Loteamento Santa Lúcia. Senhor Edson disse que, na
81 ocasião, foi criada uma comissão para averiguar o problema *in loco*, cuja conclusão foi
82 que a causa do assoreamento da represa não pode ser atribuída, exclusivamente, ao
83 Loteamento. Segundo Senhor Edson, o Ministério Público está questionando a real
84 situação. Senhor Edson disse que irá sugerir ao Promotor de Justiça que chame o
85 COMDEMA para que outra comissão seja formada para analisar o caso. Senhora Irene
86 Sabatino Pereira Niccioli concluiu que não só os loteamentos, mas também outros
87 fatores contribuíram para a situação atual daquele local. Senhor José Augusto alertou
88 que o Jardim Noêmia, o Jardim Santa Hilda, o Jardim Flórida e o Jardim Elimar não
89 têm dissipadores porque seguiram uma legislação que não exigia que esses fossem
90 construídos. Senhor Alex destacou que houve um trabalho de retirada de muitos
91 caminhões de terra da represa como solução paliativa para o problema. Senhor
92 Alexandre do Couto Rosa questionou o engafarramento do gás metano gerado pela
93 Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Franca, a ser utilizado nos veículos da
94 SABESP, uma vez que a geração de energia elétrica, por este combustível, e aplicado
95 na rede elétrica, permitido por lei desde 2012, é algo que navega a favor das mais
96 novas tecnologias que poderia, também, ser utilizada para abastecer carros elétricos.
97 Senhor Alex respondeu que, atualmente esse gás já está sendo queimado e que o que
98 será feito é a purificação e o envazamento em cilindro para o aproveitamento como

combustível nos veículos da SABESP. Senhor Alexandre pediu apoio dos Conselheiros, no sentido de solicitar à Prefeitura Municipal de Franca/SP, através da Secretaria de Saúde, a viabilização do encapsulamento da substância fosfoetanolamina sintética, mais conhecida como "pílula do câncer", hoje concedida judicialmente, mediante preço pago, em forma de "sachês". Esclareceu ainda que, devido à dificuldade do encapsulamento, pessoas no desespero acabam por consumir a preciosa substância de forma errada, já que deve ser encapsulada para ser absorvida pelo intestino. Em função de não possuir de conhecimento aprofundado sobre o tema, o Senhor Alex Veronez solicitou ao Senhor Alexandre redigir e enviar ofício ao Secretário de Saúde Secretário Rodolfo Moraes Silva. Senhor Alex encerrou a reunião às dezesseis horas, agradecendo a presença de todos. Não havendo nada mais a acrescentar, eu, Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti, lavrei a presente Ata, onde assino com os demais Conselheiros presentes:

Alex Henrique Veronez _____

Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti _____

Célio Augusto Pereira Augusto _____

Irene Sabatino Pereira Niccioli _____

Rui Engrácia Garcia Caluz _____

Lázaro Antônio Felício _____

Luciano Reami *Luciano Reami* _____

Orlando Antunes Cintra Filho _____

Ricardo Faleiros de Sousa _____

Éverton Veríssimo Ferreira _____

Fernando Sordi Taveira _____

Cristiano Eurípedes Soares Rodrigues da Silva _____

Ailton Gomes da Silva _____

João Bosco Sousa Santos _____

Antonio Mauro Alves _____

Sônia Maria Gera _____

Delzio Marques Soares _____

Cesar Roberto Guimarães _____

Alvaro da Silva _____

José Octávio Fumagali Rodrigues _____

Alba Regina Barbosa Araújo _____

Edson Castro do Couto Rosa _____

Alexandre do Couto Rosa _____